



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Civil do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a informações de inquérito policial. Procedimento sigiloso. Possibilidade de consulta *in loco* aos documentos, caso não haja sigilo. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 286/2018

1. Tratam os presentes autos de pedidos formulados à Polícia Civil, número SIC em epígrafe, para acesso a informações contidas em inquérito policial.
2. Em resposta, o ente informou que o inquérito policial e demais peças do mesmo são sigilosos, somente tendo acesso as partes e no local em que este tramita. Em recurso, a resposta foi mantida, informando-se que o procedimento é físico e, como parte, o interessado pode ter vistas do procedimento. Inconformado, o solicitante apresentou os presentes recursos, cabíveis a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em relação à demanda para acesso aos inquéritos, cabe lembrar, inicialmente, que o direito de acesso à informação, expressamente assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, apenas pode ser restringido mediante previsão legal, não sendo autorizada a criação de novas hipóteses excepcionais de sigilo por ato discricionário da autoridade pública. É o que se depreende da sistemática da Lei de Acesso à Informação, em especial de seu artigo 22, ao admitir a possibilidade de outras “hipóteses legais de sigilo”.
4. Assim, importa verificar se a restrição de acesso invocada - o sigilo dos inquéritos policiais, nos termos do Código de Processo Penal - encontra respaldo em dispositivo legal específico capaz de excepcionar a regra geral da publicidade.
5. A hipótese de sigilo legal restringe o acesso aos inquéritos policiais às pessoas expressamente elencadas, conforme previsão do artigo 20 do Código de Processo Penal: “Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”. Portanto, os inquéritos policiais, enquanto registro de atividades investigativas, revelam-se passíveis de restrição de acesso, em virtude da determinação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Código de Processo Penal, tão somente para a elucidação investigativa ou exigência de interesse social.

6. Vale lembrar que a Lei vigente assegura acesso livre a informações já existentes e custodiadas pela Administração Pública, conforme dispõe seu artigo 11, sendo possível ao ente público oferecer meios para pesquisa direta do interessado. Nesse sentido, observa-se que o ente informou que o interessado possui acesso ao expediente físico do inquérito, caso se identifique como parte, conforme estabelece o 11, §§ 3º e 6º, da Lei, estando a demanda corretamente atendida.
7. Ante o exposto, tendo o interessado sido informado da possibilidade de consulta direta aos inquéritos policiais em que seja parte, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §§3º e 6º da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 31 de agosto de 2018.

MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL